

Informativo sobre questões indígenas e trabalho escravo



Ano I, nº 2 - Brasília, 25 de maio de 2005

Coordenadoria inicia levantamento de processos em que há índio envolvido

A Coordenadoria para Erradicação das Formas Contemporâneas de Escravidão e para Questão Indígena encaminha essa semana ofício-circular aos Procuradores da República solicitando informações sobre inquérito policiais e ações penais em curso nas unidades que compõem a 1ª Região em que índios são vítimas de crimes ou em que são acusados ou suspeitos da prática de crime. A Justiça Federal e o Ministério Público Federal não dispõem atualmente de indexadores para identificação destes processos.

A Coordenadoria já identificou alguns casos que estão sendo divulgados nos quadros "Ações Penais" e "Inquéritos Policiais" disponíveis na página do Núcleo Criminal da PRR-1ª Região (http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucleo_criminal/index.html).

CIMI vai apoiar o trabalho da Coordenadoria

Em reunião realizada no dia 16 de maio de 2005, na sede da PRR-1ª Região, a Procuradora Regional Raquel Dodge solicitou apoio ao Conselho Indígena Missionário - CIMI para identificar ações penais e inquéritos policiais em curso nas quatorze unidades da Federação que integram a 1ª Região da Justiça Federal em que índios são vítimas de crimes ou em que são acusados ou suspeitos da prática de crime. O CIMI foi representado pelo seu Secretário Executivo Saulo Feitosa que afirmou que irá providenciar o levantamento dos dados que possui para enviar à Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Abertos três novos PACs sobre questões indígenas

A Coordenadoria solicitou, à Secretaria do NUCRIM, a abertura de processo de acompanhamento dos processos abaixo identificados:

RECURSO CRIMINAL nº 2003.42.00.001839-9/RR, interposto por Elisel Samuel Martin, Robson Belo Gomes e Francisco das Chagas Oliveira da Silva (vereador no município de Uiramutã - RR), nos autos da ação penal por homicídio de Aldo da Silva Mota, ocorrido na terra indígena Raposa Serra do Sol, no lugar denominado "Fazenda Retiro". Os réus foram pronunciados em sentença de 30 de julho de 2004, contra a qual foi interposto o referido recurso em sentido estrito. O desfecho do recurso é importante para o curso da ação penal.

AÇÃO PENAL nº 2003.36.00.007603-8 - apelação interposta pelo Ministério Público Federal no Mato Grosso, contra a sentença do Tribunal do Júri que absolveu Sebastião Gonçalves Bastos, acusado da morte do Cacique Yaminé Suruí.

AÇÃO PENAL nº 2003.41.00.003345-4-RO - em pauta no dia 24 de maio de 2005 - Parecer do Procurador Regional da República Juliano B. Villa-Verde de Carvalho (n. 4014/2003)- Apelação criminal n. 2003.41.00.003345-4, interposta por Martin Mund (servidor do IBAMA) e Marinês Ferreira Alves Mund (vereadora em Ariquemes/RO e ex- Juiz classista do TRT) da sentença que os condenou pela prática dos crimes de invasão de terras públicas (Lei 4947/66), quadrilha (CP, art. 288) e crime contra a flora (Lei 960-5/98, art. 38), cometidos no interior da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Resultado do julgamento: A Quarta Turma, à unanimidade, deu provimento parcial ao recursos dos réus. (24/05/2005)

PEC do Trabalho Escravo será colocada em pauta

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, disse que assim que for desobstruída a pauta da Casa colocará em votação a Proposta de Emenda à Constituição 438/01, que permite o confisco de terras onde for comprovada a exploração de trabalho escravo e as destina para reforma agrária. A declaração foi dada há pouco durante audiência pública com o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, os deputados Paulo Rocha (PT-PA) e Isaías Silvestre (PSB-MG) e representantes do Ministério Público do Trabalho. A audiência contou ainda com a presença da atriz Leticia Sabatella.

A PEC já foi aprovada no Senado e votada em primeiro turno na Câmara. Agora precisa ser votada em segundo turno. "A erradicação do trabalho escravo depende da aprovação dessa PEC", afirmou o ministro.

Para Severino Cavalcanti, é preciso também criar ações coordenadas entre os poderes públicos para erradicar esse tipo de exploração. "Temos de estar juntos. A exploração do trabalho escravo é um crime vergonhoso."

Números

Segundo Nilmário Miranda, em dez anos foram libertados no Brasil 15 mil trabalhadores submetidos a regime de escravidão. A secretaria estima que haja hoje de 20 mil a 25 mil pessoas nessa condição no País.

O ministro anunciou ainda que um grupo composto pelos mais importantes empresários do País reúne-se nesta tarde na Procuradoria Geral da República para assinar um pacto contra o trabalho escravo. Pelo acordo, os empresários comprometem-se a não vender ou comprar produtos que tenham origem no trabalho escravo.

Fonte: Agência Câmara

Tempo Real - 19/5/2005 12h25

Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/agenciacamara/chamadaExterna.html?link=http://www3.camara.gov.br/internet/agencia/default.asp>

Aconteceu: Lançado o Pacto Nacional contra o Trabalho Escravo

No dia 19 de maio, às 11 horas, na sede da PGR, houve o lançamento do Pacto Nacional contra o Trabalho Escravo, uma iniciativa das empresas que integram o Instituto Ethos de adotarem providências para não admitir em sua cadeia produtiva produtos que tenham sido feitos com utilização de mão de obra escrava.

Artigo: Trabalho escravo: avanços e desafios

A Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da OIT no Brasil, Patrícia Audi, em virtude do lançamento do Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho-OIT, escreve sobre os avanços e desafios no combate ao trabalho escravo em artigo publicado no jornal Correio Braziliense, de 19 de maio de 2005. Clique aqui e leia o artigo no íntegra.

Expediente:
Ministério Público Federal
Procuradoria Regional da República da 1ª Região - Procuradora-chefe Regional Denise Vinci Tulio
Núcleo de Assuntos Criminais - Procurador Regional Oswaldo José Barbosa Silva
Coordenadoria para Erradicação das Formas Contemporâneas de Escravidão e para Questões Indígenas - Procuradora Regional Raquel Elias Ferreira Dodge
Assessoria de Comunicação Social - Luciana Veras - (61) 317-4593
Composição: Divisão de Desenvolvimento de Sistemas - PRR-1ª Região